

Expurgo será total, confirma Galvêas

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, confirmou ontem que o governo deverá fazer um expurgo total na economia este mês, mas que a metodologia a ser usada ainda está sendo estudada pelo IBGE e Fundação Getúlio Vargas. Técnicos da Fazenda disseram que a metodologia tanto pode ser arbitrária, adotando-se um redutor de 5%, como também determinar os expurgos por meio de ponderações de cada índice.

O secretário-geral da Sepian, José Flávio Pecora, que almoçou ontem com Galvêas, confirmou também que o expurgo "será geral" e que, "no mais tardar" na segunda-feira, o novo pacote será anunciado. Pecora disse que os técnicos estão agora "avaliando a operacionalidade e implicações dos expurgos, porque a atual estrutura de índices já está montada nos computadores e temos que ver isso tudo".

Galvêas disse que a idéia é expurgar dos cálculos do INPC, correção monetária e IGP, este mês, os efeitos das enchentes no Sul e os cortes nos subsídios do petróleo. Com o expurgo também do IGP (o índice da inflação), ele acredita que estará solucionado o problema da Resolução 802, isto é, após os expurgos serão mantidos nos mesmos ní-

veis as correções monetária, cambial e a inflação. Sem o expurgo do IGP, acrescentou um técnico, haveria uma especulação desenfreada com a ORTN cambial, mais valorizada, e a Resolução 802 teria de ser revogada por meio de uma reunião do Conselho Monetário Nacional.

Fonte qualificada da Fazenda acrescentou que também em julho o governo poderá repetir os expurgos, "desde que ocorram novas acididades climáticas e se não for feito ainda este mês o corte nos subsídios do trigo".

Acrescentou Galvêas que o expurgo não corresponderá a uma grande redução dos índices, mas negou que será aplicado um redutor de 5%, como foi aventado por Akihiro Ikeda, da Sepian. "Não terminamos os trabalhos, logo não sabemos que número vai sair", explicou. O ministro preferiu comentar o efeito do expurgo, a seu ver uma medida "muito importante" para viabilizar o "pacote" de medidas econômicas anunciadas na quinta-feira passada, que têm a finalidade de reduzir o déficit do setor público e o ritmo de crescimento da inflação.

Contudo, técnicos da Fazenda disseram que a inflação de junho, de qualquer modo, será alta. "Será tanto mais alta dependendo da menor intensidade do expurgo", explicou um graduado assessor governamen-

tal. Tanto Galvêas quanto Pecora negaram que o expurgo esteja sendo debatido com a missão do Fundo Monetário Internacional, nos encontros que vêm fixando nova meta de inflação para o ano. "Isso é problema interno, só nosso", disse Pecora.

CONTROLE DE PREÇOS

Galvêas disse também que o governo vai rever o controle sobre os preços. Será mudada a portaria 13, que determina reajuste máximo de 90% da ORTN para 273 preços de produtos industriais. O plano do governo, conforme uma fonte da Fazenda, é baixar de 90% para 70% da ORTN o limite máximo para o reajuste de preços industriais, ou limitá-los a 80% do INPC. Galvêas comentou apenas "que é por aí, haverá algumas modificações, mas é por aí".

Confirmou que o plano do governo é fazer o reajuste trimestral dos preços em vez do mensal, como é atualmente. Técnicos disseram que uma das grandes preocupações do governo é justamente como fazer esse controle de preços, medida fundamental para ajustar o processo inflacionário. Apesar das negativas das autoridades econômicas, os técnicos disseram que o FMI vem pressionando no sentido de o governo adotar medidas drásticas para conter a inflação, enquanto o governo insiste em que o controle de preços tem de ser feito gradualmente.